-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

O Estado moderno desempenha o papel econômico fundamental de institucionalizar os mercados e de promover mais amplamente o desenvolvimento socioeconômico do país, fazendo uso de instrumentos econômicos, como orçamento público, para executar suas funções. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

51 O orçamento não se limita a uma peça técnica e formal ou a um instrumento de planejamento, pois tem características de cunho político, uma vez que orienta as negociações sobre o financiamento do Estado e é utilizado no controle e direcionamento dos gastos públicos.

52 A função distributiva na atuação do Estado decorre do reconhecimento de ser o mercado incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa, especialmente mediante o manejo dos instrumentos de política fiscal.

53 A tributação impacta a eficiência do mercado ao provocar alterações na alocação dos bens produzidos e na estabilidade monetária do país, o que resulta em um *trade-off* entre eficácia e equidade a ser enfrentado pela sociedade.

Julgue os próximos itens, com relação ao ciclo e ao processo orçamentário.

54 O projeto de lei orçamentária anual (LOA) é encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, com a chancela do Presidente da República, e compreende: o orçamento fiscal; o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social.

55 O acompanhamento das metas fiscais no ciclo orçamentário fica restrito ao processo de execução da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), devendo o Poder Executivo editar decreto de contingenciamento, a fim de estabelecer o teto para as despesas públicas diante de fatos supervenientes.

A respeito do sistema de planejamento e de orçamento federal, julgue os itens que se seguem.

56 O órgão setorial integra o sistema de planejamento e de orçamento federal, sendo, obrigatoriamente, correspondente ao órgão orçamentário, o qual tem o maior nível de classificação institucional e cumpre o papel de agrupar as unidades orçamentárias.

57 Entre as finalidades do sistema de planejamento e de orçamento federal, encontra-se a formulação dos planos nacionais, setoriais e regionais do desenvolvimento econômico e social, assim como o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Quanto às leis que compõem o ciclo e o processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes.

58 O plano plurianual (PPA), que define estratégias, diretrizes e metas para as contas públicas, é caracterizado como um instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro orientações do governo para a sua ação em cada período de quatro anos, sendo estas mandatórias para o setor público e indicativas para o setor privado.

59 No âmbito da União, a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e suas respectivas metas, em harmonia com a sustentabilidade da dívida pública, além de orientar a elaboração da LOA e dispor das alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

60 Durante o ciclo orçamentário, o projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão da ação de governo. É possível a existência de um mesmo projeto ou a inclusão de um novo em múltiplas esferas orçamentárias, desde que estejam adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

61 Em consonância com o princípio da exclusividade, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa pública, contudo, ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas orçamentárias, nos termos definidos em lei.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

62 A gestão fiscal deve primar pela transparência, sendo um desses instrumentos a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

63 Durante a execução orçamentária, poderá ocorrer a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas, em razão do não cumprimento das metas de resultado primário.

64 A dívida pública mobiliária corresponde aos títulos emitidos pela União, incluindo os do Banco Central, dos estados e dos municípios.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

65 As receitas públicas são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício fiscal e constituem elemento novo para o patrimônio público, sendo obrigatória a sua previsão na LOA para serem classificadas como orçamentárias.

66 A função encargos especiais, no caso do CNPq, é utilizada para englobar as despesas referentes ao aporte de recursos em bolsas de pós-graduação.

67 Se, durante a execução da LOA de 2023, a União obtiver um superávit do orçamento corrente, então o saldo poderá ser incorporado no projeto de lei orçamentária de 2024 como receita corrente.

68 As despesas com as contas de água, luz e telefone do CNPq, para serem pagas, necessitam de um empenho ordinário, respeitando o limite dos créditos orçamentários e adicionais destinados ao Conselho.

Julgue os itens que se seguem a respeito do termo de execução descentralizada (TED).

69 O CNPq, ao celebrar um TED com determinada entidade da administração pública federal, deverá instruir os autos com um conjunto de documentos, sendo opcional a inclusão do plano de trabalho.

70 Na hipótese de uma pesquisa que tenha por objeto a colaboração científica para descoberta de novos campos de exploração de petróleo, o CNPq poderá celebrar um TED com a empresa Petrobras, visando à descentralização de créditos orçamentários registrados no orçamento de investimento da LOA.

Relativamente à estrutura do plano de contas aplicado ao setor público e sua relação com as naturezas da informação contábil, julgue os itens a seguir.

71 As classes 5 e 6 são contas de natureza orçamentária e só podem ser debitadas e creditadas entre si.

72 A classe 1 – ativo – pode ter como contrapartida uma conta da classe 6 – controles credores.

Julgue os seguintes itens, relativos à avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público.

73 Na reavaliação para bens do ativo, pode ser adotado o valor de mercado ou de consenso entre as partes.

74 As disponibilidades em moeda estrangeira devem ser convertidas à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

75 O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros deve ser realizado em contas de resultado.

Considerando a relação entre regime orçamentário e regime contábil no setor público, julgue os seguintes itens.

76 De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente liquidadas.

77 A variação patrimonial aumentativa deve ser registrada em função do fato gerador para evidenciar seu impacto no patrimônio.

As seguintes informações contábeis foram registradas no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade governamental:

I aprovação da lei orçamentária anual no valor de R$ 200 mil, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% a categoria econômica de capital;
II lançamentos de impostos no valor de R$ 100 mil, tendo sido arrecadados 80% desse valor;
III empenho, liquidação e pagamento da folha de pessoal no mês, no valor de R$ 60 mil;
IV recebimento de bem em doação no valor de R$ 100 mil;
V empenho e liquidação referentes à aquisição de veículo no valor de R$ 40 mil, metade paga a vista e metade inscrita em restos a pagar.

A partir das informações precedentes, julgue os itens a seguir, considerando as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

78 No balanço financeiro, o saldo para o exercício seguinte é de R$ 20 mil.

79 Na demonstração das variações patrimoniais, as variações patrimoniais aumentativas totalizaram R$ 200 mil.

80 O resultado orçamentário do exercício (ROE) apurado no balanço orçamentário é nulo.

Relativamente à demonstração de fluxos de caixa (DFC), julgue os itens a seguir.

81 A elaboração e publicação da DFC é facultativa para as companhias abertas que, na data do balanço, tenham patrimônio líquido inferior a R$ 2 milhões.

82 Um dos objetivos da DFC é permitir que o usuário da informação contábil identifique as necessidades de liquidez da entidade que publica a demonstração.

83 Fluxos de caixa gerados por aluguéis cobrados em favor de terceiros e integralmente repassados a estes podem ser apresentados em base líquida.

84 A compra e venda de imóveis, veículos e outros bens da espécie afeta o fluxo de caixa das atividades de investimento, seja qual for o tipo de entidade.

Com relação ao balanço patrimonial (BP) e à demonstração do resultado do exercício (DRE), julgue os itens que se seguem.

85 De acordo com mudança promovida pela Lei n.º 11.638/2007, a denominação do grupo ativo realizável a longo prazo, no ativo do BP, foi modificada para ativo não circulante.

86 É vedada, nos termos da legislação brasileira, a divulgação de resultados abrangentes atribuíveis a não controladores na DRE.

87 As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, devem ser avaliadas pelo seu valor justo caso a intenção da entidade seja mantê-las para resgate na data do vencimento.

88 Resultados abrangentes que tenham impactado o patrimônio líquido de determinado exercício social são evidenciados na DRE.

No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes.

89 É vedada a reclassificação, para resultado do período, dos resultados oriundos da participação em outros resultados abrangentes de coligadas.

90 Nos termos da Lei n.º 6.404/1976, a DMPL é uma demonstração contábil opcional.

91 A apresentação da DRA dentro da DMPL dispensa a apresentação em separado da DRA.

92 A DRA evidencia ganhos e perdas não realizados que impactaram a posição dos acionistas ou sócios da sociedade em determinado exercício social.

dado	valores, em milhões de R$
ativo circulante cíclico	137
ativo circulante financeiro	146
ativo não circulante (inclui imobilizações)	189
passivo circulante cíclico	46
passivo circulante financeiro	123
passivo não circulante (inclui o patrimônio líquido)	300

Os dados da tabela precedente constam nas demonstrações contábeis de determinada companhia, cujo patrimônio líquido totaliza R$ 246 milhões e o montante de imobilizações soma R$ 161 milhões.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

93 As exigibilidades de curto prazo representam mais de dois terços das fontes de recursos de terceiros.

94 Os recursos onerosos captados financiam menos de 40% dos investimentos totais.

95 Predominam os capitais de terceiros no financiamento dos negócios da empresa.

96 Há predominância de capitais de terceiros no financiamento do giro da empresa.

Em relação às metodologias de análise vertical e de análise horizontal das demonstrações contábeis das entidades, julgue os itens que se seguem.

97 A análise vertical é uma metodologia de análise estática, ao passo que a análise horizontal é uma metodologia de análise dinâmica.

98 O indicador de imobilização do ativo é um exemplo de aplicação de análise vertical.

99 Por sua metodologia, a análise horizontal é mais rica em informação que a análise vertical, devendo ser priorizada para fins de análise econômico-financeira.

100 Uma demonstração financeira ajustada por tamanho é uma análise horizontal.

Julgue os itens seguintes, com base no que dispõe a Lei n.º 4.320/1964.

101 Promulgada a lei orçamentária e respeitados os limites nela estabelecidos, caberá ao Poder Executivo aprovar um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária estará autorizada a utilizar.

102 As subvenções econômicas incluídas nas despesas correntes do orçamento da União não poderão ser utilizadas para a cobertura de déficits de manutenção de empresas públicas.

103 As despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, mas que ainda se encontrem pendentes de liquidação, não podem ser computadas como restos a pagar.

104 O Poder Executivo submeterá anualmente as suas contas à apreciação do Poder Legislativo, as quais se farão acompanhadas de parecer prévio do tribunal de contas ou órgão equivalente.

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

105 O projeto de lei orçamentária anual, cuja iniciativa compete ao Poder Executivo, deve ser apreciado pelas duas casas do Congresso Nacional, na forma como dispõe o regimento comum.

106 A contratação de operações de crédito pelos entes públicos não pode ser tratada na lei orçamentária anual, que está sujeita ao princípio constitucional da exclusividade.

107 O reconhecimento expresso do estado de calamidade pública permite a abertura de créditos extraordinários, os quais são incorporados ao orçamento sem a exigência legal de existência de recursos para lastrear a despesa.

108 A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento legal que, por determinação constitucional, deve contemplar as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos pela administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

109 As despesas não processadas na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido anulado no encerramento do exercício correspondente por motivo de insubsistência, tendo os credores, dentro do prazo estabelecido, cumprido a sua obrigação, devem ser tratadas contabilmente como despesa de exercícios anteriores.

110 Os dividendos recebidos são classificados na subcategoria econômica "receita patrimonial", que compõe as receitas correntes.

Julgue os itens seguintes, que versam sobre as variações patrimoniais decorrentes de eventos relacionados ao setor público e sobre as demonstrações contábeis produzidas pelas entidades que compõem o referido setor.

111 As doações recebidas representam variações patrimoniais aumentativas, cujo reconhecimento contábil deve ser efetuado quando da ocorrência do seu efetivo recebimento.

112 A inscrição de créditos fiscais deve ser classificada na demonstração das variações patrimoniais como uma superveniência ativa resultante da execução orçamentária.

113 A atualização monetária das dívidas contraídas por entes públicos provoca uma variação patrimonial passiva de natureza extraorçamentária.

114 No balanço orçamentário, a diferença entre a receita prevista e a despesa fixada representa o superávit ou o déficit orçamentário.

Com base nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue os itens a seguir.

115 O montante das receitas de operação de crédito previstas pelos entes da Federação não pode exceder o somatório das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

116 A receita corrente líquida é a variável utilizada como base para o cálculo do valor do limite da despesa total com pessoal da União, dos estados e dos municípios.

117 A despesa obrigatória de caráter continuado é uma despesa de capital com prazo de execução superior a dois exercícios.

No que concerne à retenção tributária e ao suprimento de fundos, julgue os itens seguintes.

118 A escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais (EFD-Reinf) é uma obrigação tributária acessória cujo cumprimento se dá por meio da transmissão de informações de interesse do fisco ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), destacando-se entre elas as informações relativas à escrituração de rendimentos pagos e retenção de tributos.

119 O suprimento de fundos é uma despesa orçamentária que, sob o enfoque patrimonial, não representa uma despesa, pois, no momento de sua concessão, não há uma redução do patrimônio líquido.

120 As pessoas jurídicas optantes pelo simples devem efetuar a retenção da contribuição social sobre o lucro líquido (CLSS) por ocasião dos pagamentos que fizerem pelos serviços de limpeza e manutenção prestados por pessoas jurídicas de direito privado.